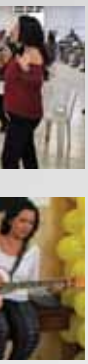
BALANÇO DE AÇÕES

REVISTA TRT5 2011-2012



MODERNIZAÇÃO, ESTRUTURA E PARCERIAS NO TRT DA BAHIA

Em 7 de novembro de 2011, toma posse a nova Mesa Diretora do TRT da 5ª Região, que atualmente, é composta pelas desembargadoras Vânia Jacira Tanajura Chaves (presidente), Yara Ribeiro Dias Trindade (vice-presidente); e pelos desembargadores Valtércio Ronaldo de Oliveira (corregedor-regional) e Luiz Tadeu Leite Vieira (vice-corregedor-regional). A gestão tem sido marcada pela integração, celeridade, transparência e excelência na prestação jurisdicional. A Mesa foi iniciada com a presença como vice-presidente, da desembargadora Graça Laranjeira, que, por sua vez, foi convidada a substituir o ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, também baiano, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), por motivo de aposentadoria. A desembargadora Yara Ribeiro Dias Trindade assumiu imediatamente a Vice-Presidência, revelando-se uma grande colaborada, afinada com os mesmos princípios de gestão.

Um ano depois, as ações podem ser percebidas em dados estatísticos, em um clima organizacional que inspira as áreas administrativa e judiciária, e cujos frutos tiveram imediata repercussão junto ao público. O Tribunal está em dia com o seu planejamento estratégico, avança no cumprimento de metas traçadas nacionalmente pelo Judiciário e consolida a transparência em sua relação com a sociedade. A urgência de transformações, como o Processso Judicial Eletrônico e outras tecnologias, tem pronta resposta de uma equipe de magistrados e de servidores dedicados. Demandas inadiáveis, como o respeito ao meio ambiente e a acessibilidade plena aos fóruns e serviços, também foram colocadas como prioridades na pauta do dia.

O primeiro ano de gestão, como se pode depreender da entrevista da presidente Vânia Chaves, divulgada nesta revista, também serve de aprendizado e de iluminação para aquilo que se pretende fazer no ano de 2013. Muitas sementes foram plantadas e outras ainda estão sendo lançadas ao solo fértil, mas a colheita já se mostra imensamente benéfica para toda a população.

Mesa Diretora (à esquerda). Desembargadora Graça Laranjeira no TST (acima).

EXPEDIENTE Produção, Redação e Revisão: Franklin Carvalho, Valdicéa do Val, Lázaro Brito e Léa Paula | **Edição:** Valdicéa do Val | **Projeto gráfico e diagramação:** Edileno Capistrano Filho | **Revisão de texto:** Carola Rapp **Fotografias:** TRT5, TST, Márcia Lyra e Ana Patrícia Castro | **Publicidade:** Solange Galvão | **Secretária de Comunicação:** Léa Paula

4 ENTREVISTAS
- Presidente Desembargadora Vânia Chaves 4
- Vice-Presidente Desembargadora Yara Trindade 8
- Corregedor Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira 9
- Vice-Corregedor Desembargador Tadeu Vieira 11

12 JUDICIÁRIAS
- Certidão Negativa foi implantada graças a empenho coletivo 12
- Novidades nas perícias, cálculos e estatísticas 13
- Atendimento ao público é renovado 14
- Juízo de Conciliação beneficia quase 3 mil trabalhadores 15
- Leilões passam a ser virtuais também 15

16 EDUCAÇÃO
- Campanhas orientam para segurança e direitos no trabalho 16
- CDP e Escola Judicial realizam mais de 300 cursos 18

20 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE
- Receitas extras reforçam equilíbrio financeiro 20
- Parcerias garantem emprego para pessoas com deficiência e estágios 21

22 OBRAS
- Sedes Novas 22

24 ACESSIBILIDADE
- Servidores se preparam para um melhor atendimento 24

25 COMUNICAÇÃO
- Integração interna é aprimorada 25

26 TECNOLOGIA E MODERNIZAÇÃO
- Processo Eletrônico se expande 26
- Novos automóveis para a área administrativa 28
- Arquivo é modernizado 29
- Gestão Estratégica: TRT5 foi destaque nacional em resultados 30

31 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA
- Implantado programa de controle médico 31

34 ÚLTIMAS NOTÍCIAS
- Magistrados se reúnem em debates na 1ª Semana Institucional 34
- TRT investe em qualidade de vida 35
- Ex-presidente do STF visitou o TRT5 35

PRESIDENTE **DESEMBARGADORA VÂNIA CHAVES**

Como foi tomar posse já com a missão de alimentar o cadastro do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, em novembro de 2011, para ser finalizado em janeiro, em meio a uma greve?

Encontrei situações no Regional que tiveram de ser superadas para podermos dar continuidade aos trabalhos, ou seja, não tínhamos como cumprir a etapa do cadastramento do banco de dados de devedores em um mês, sem que algumas varas funcionassem, e estávamos enfrentando uma greve. Tivemos que contar com a disposição de servidores e magistrados para efetuar o trabalho em tempo muito exíguo, sem que os trabalhos diários da vara deixassem de ser cumpridos. O resultado surpreendeu a todos, inclusive ao TST, principalmente por termos superado o fator tempo, concluindo o trabalho uma semana antes do prazo. Isso só foi possível graças ao extremo empenho dos grupos de trabalho criados, que funcionaram, até mesmo nos finais de semana, aqui no Tribunal, no Fórum, na Escola Judicial e no interior.

Com relação à greve, a situação foi resolvida com a interferência do CSJT, e com a realização de um acordo com o sindicato dos trabalhadores de compensação das horas não trabalhadas.

A administração considera a luta dos servidores legítima e justa, e agradeço ao sindicato pela participação na comissão de greve, mas, infelizmente, a solução não é regional, e sim nacional, não sendo de grande sucesso a greve setorizada. Nosso TRT sofreu por dois anos consecutivos os reflexos da greve dos servidores, e agora deve trabalhar para compensar os prejuízos.

Como é o relacionamento do TRT-BA com outros órgãos, como o CNJ e o CSJT?

O nosso relacionamento com esses órgãos é muito bom e afinado. Temos atendido a todos os chamados e comparecemos aos eventos promovidos. Também realizamos campanhas demandadas pelos Conselhos Superiores, como a do Trabalho Seguro, que na Bahia teve uma característica diferente, com a passagem de noções de direito e de cidadania aos operários, culminando com a vinda do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

Com o Coleprecor, um órgão de auxílio aos presidentes dos Tribunais do Trabalho, que discute decisões de caráter nacional, nosso relacionamento também tem sido muito bom, e agora, atuando na vice-coordenadoria do Colégio em 2013, esta interação será ainda maior. Recebemos, ainda, a visita do ex-presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, e do conselheiro do CNJ, Jorge Hélio Chaves de Oliveira. Visando aperfeiçoar o relacionamento com a imprensa, promovemos recentemente palestra para os juízes com o assessor de comunicação do CNJ, Marcone Gonçalves.

Finalizando, temos excelente relacionamento com o Tribunal de Justiça, com a Justiça Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Estadual, além da Ordem dos Advogados. Eu entendo que esta integração é fundamental para um bom relacionamento institucional.

O atual quadro de magistrados é suficiente para dar conta das demandas que são impostas às varas? Há previsão de realização de novo concurso?

No momento, o TRT5 está com o quadro defasado, pois, além de o nosso concurso ter vencido no ano de 2011, vários magistrados também se aposentaram. Logo após a minha posse, demos início, com a formação de comissões, à elaboração de novo concurso. Agora ele já está formatado, e temos a indicação concreta de todas as comissões das provas. Firmamos um convênio com o CESPE, da Universidade de Brasília, para a realização da primeira prova, a objetiva.

E com relação aos servidores? Há previsão de aumentar o quadro? O atual concurso tem validade até abril de 2013. Haverá novo certame?

Sim, haverá um novo concurso para servidores. No entanto, o número de vagas ainda não está definido. Há um pedido nosso ao

Conselho Superior da Justiça do Trabalho de criação de 622 vagas para o Tribunal. Também encaminhamos ao CSJT um projeto de criação de nove Varas do Trabalho, o qual teve um pedido de vista regimental. Agora estamos aguardando o julgamento do pleito para saber se seremos atendidos.

Como a senhora vê a demanda dos servidores por melhores salários?

No Brasil inteiro o quadro de servidores públicos, não apenas o do Judiciário, se encontra em um momento de desmotivação, gerada até por uma falta de política salarial adequada, mas, mesmo com essas dificuldades, temos tentado, por meio de ações realizadas no Tribunal, como o cumprimento de metas, focar a nossa atuação em busca da motivação do servidor também pelo seu trabalho, não apenas pela remuneração, mas também pelo bom ambiente de trabalho.

O servidor tem que ser motivado para realizar o seu trabalho. Eu defendo que temos que criar âncoras positivas no trabalho para despertar essa motivação, como um ambiente de trabalho saudável, harmônico, com confiança e segurança nas ações da chefia e da mesa diretora. Estamos atentos a todas as dificuldades, pois sabemos compreender as diferenças de cada unidade, e não podemos cobrar que atuem de forma igual. Algumas estão muito bem, e outras deixam a desejar, inclusive no atendimento à sociedade.

"Os pilares da nossa gestão têm sido focados na valorização do servidor e do magistrado e no despertar da motivação"

Em busca da superação dessas dificuldades, procuramos atuar de forma mais abrangente, e até pela dinâmica que torna lento o serviço público, muitas dessas ações hoje praticadas só serão sentidas mais tarde!

De que adianta ganhar muito se o ambiente de trabalho não for bom? Hoje o juiz também exerce o papel de gestor inserido na comunidade em que atua, e isso incluiu o cuidado com esse ambiente. Não basta ser um bom magistrado, temos que ser bons administradores e bons líderes, atentos ao nosso entorno, até com questões ambientais. Não se admite mais o juiz isolado, como disse o novo presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa. Afinal de contas o juiz também é um cidadão.

"De que adianta ganhar muito se o ambiente de trabalho não for bom?"

O TRT tem promovido diversas ações para a valorização do servidor. A Senhora gostaria de relatar um pouco sobre elas?

Sim, com prazer! Fizemos dois eventos seguidos no Fórum do Comércio com o intuito de prestigiar o servidor e agradecer pelo seu trabalho, o Dia do Servidor Público e Obrigado, Servidor, destinado aos aposentados que deixaram o TRT neste ano. Ainda houve a Cerimônia de Entrega de Troféus às varas que cumpriram metas do CNJ e do TRT5.

Ainda posso citar outras ações, as que buscam melhorar a qualidade de vida do servidor, como a realização da pesquisa de clima organizacional; a análise dos riscos no meio ambiente de trabalho; a implantação da realização anual do exame médico por todos; a realização da Primeira Corrida Ecológica do TRT5;e o lançamento do Programa de Preparação para a Aposentadoria.

Também temos promovido atividades culturais, que culminaram com a criação do Banco do Livro; o evento Quase Sexta, que acontece na hora do almoço; e a realização de exposições e apresentações artísticas. Nesse sentido, queremos criar um Banco de Talentos composto por magistrados e servidores. Estamos, também, criando um espaço na intranet, o Nosso Espaço, para livre manifestação dos servidores sobre assuntos diversos, como a publicação de poesias, notícias e textos.

Para incentivar ainda mais a expressão artística, vamos realizar melhorias no Centro de Convivência do Comércio, e dar continuidade à revitalização do Memorial Coqueijo Costa.

"Não basta ser um bom magistrado, temos que ser bons administradores e bons líderes, atentos ao nosso entorno, até com questões ambientais."

E a obra da nova sede do CAB? Que desafios a senhora tem enfrentado na consecução do projeto? Em que etapa está a construção?

Após várias tratativas com a construtora, foram cumpridos os ajustes técnicos apontados pela fiscalização em algumas áreas de segurança. Atendidas as solicitações, a obra foi liberada. Estamos concluindo o primeiro módulo, o administrativo de número quatro. No início do ano de 2013, pretendemos lançar o edital para a licitação da construtora que vai construir o restante do complexo. Foi uma opção da administração anterior a construção dos módulos de forma fracionada; primeiro um módulo e depois os seguintes; o que já está ocorrendo, pois em fevereiro ele deverá estar concluído. Independentemente

disso, aguardamos a adequação dos orçamentos e os ajustes arquitetônicos em função das dificuldades encontradas na construção do primeiro módulo pela empresa Habitat, para passarmos à confecção do edital de licitação.

Sobre o projeto, ressalto que o Tribunal assumiu o compromisso de preservar os mananciais e a Mata Atlântica que ali se encontram. E, por fim, o grande diferencial dessa obra é ela estar sendo realizada em meio às árvores, sem qualquer agressão ao meio ambiente.

O TRT está incorporando demandas cada vez mais presentes no mundo moderno, como sustentabilidade, acessibilidade e qualidade de vida de magistrados e servidores. De que forma essa postura pode beneficiar a instituição?

Primeiro, temos a contrapartida da economia de recursos, e a preservação do meio ambiente, trocando o papel pela internet. Os contratos do Tribunal obedecem agora aos critérios de sustentabilidade. Evitamos luzes indevidamente acesas nos fóruns, e só temos realizado a compra de equipamentos com baixo consumo de energia.

O PJe é um exemplo de acessibilidade. O juiz, o advogado e o jurisdicionado podem acessá-lo de casa, sem terem de se deslocar de suas residências ou escritórios a uma vara ou ao Tribunal. Além disso, elimina-se o transporte dos processos físicos de um lugar para o outro, economizando-se, assim, tempo e mão de obra.

Também firmamos um convênio com a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado (Apada-Bahia), cujos associados têm prestado um serviço muito importante na digitalização de processos. Eles têm feito um excelente trabalho, adaptados perfeitamente à instituição. Queremos fazer novas parcerias com vistas a inserir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Como tem sido a interlocução da Presidência com a Mesa Diretora?

É uma gestão participativa, baseada na cooperação entre Vice-Presidência, Corregedoria e Vice-Corregedoria. Todos os quatro componentes da mesa diretora participam de todas as decisões, tanto em nível administrativo, quanto judiciário, relativas à corregedoria. Temos um constante intercâmbio de ideias, pois trabalhamos em conjunto, de forma alinhada, para que as decisões reflitam o pensamento da mesa que dirige o Tribunal, e não apenas o de um membro isoladamente.

"Temos uma frequente troca de ideias, pois trabalhamos em conjunto, para que as decisões reflitam o pensamento da mesa que dirige o Tribunal, não apenas de um membro."

Essa dinâmica visa também à execução do planejamento estratégico do Tribunal?

Sim, estamos dando continuidade ao trabalho, realizando e cumprindo fielmente o programa, fazendo as reuniões de acompanhamento de cada estratégia, as RAEs. O resultado disso foi o nosso Tribunal ter conquistado o primeiro lugar em gestão estratégica entre todos os tribunais do país, e por esse feito recebemos premiação no CSJT.

Como tem sido o trabalho com os dois juízes auxiliares da Presidência, uma novidade desta gestão, e com as diversas comissões (PJe, Meio Ambiente etc)?

Há uma perfeita divisão de tarefas, embora eles também trabalhem em conjunto conosco. Para melhor organizar as atividades, a juíza Angélica Ferreira cuida da Central de Execução e do Escritório de Projetos, PJe; e o juiz Rubem Nascimento ficou como juiz de cooperação, fazendo a parte externa, de relacionamento do TRT5 com os demais órgãos públicos, além de colaborar na parte administrativa, na elaboração de atos.

As comissões são ouvidas na tomada de decisões, o que tem dado um retorno muito bom, facilitando o trabalho do administrador, pois se mantêm dentro do contexto nacional das comissões do CSJT, TST e CNJ, adequando-se no Brasil inteiro.

VICE-PRESIDENTE **DES. YARA TRINDADE**

Em maio do corrente ano, com a saída da desembargadora Graça Laranjeira da Vice-Presidência devido à convocação para vaga no TST, foi eleita a desembargadora Yara Trindade, que tem dado seguimento aos serviços do Serviço de Análise de Processos Judiciais (SAPJ) do TRT da Bahia.

O setor tem a atribuição de analisar os recursos interpostos contra decisões de segundo grau, atividade que inclui "recebimento e juntada de petições, autuação dos recursos, elaboração de minutas de despachos, publicação das decisões exaradas, bem como atendimento às partes e advogados", conforme esclarecido pela diretora Virgínia Maracajá.

Sobre o SAPJ

O setor conhecido como Recurso de Revista tem registrado um aumento significativo no número de processos analisados. Só de recursos judiciais interpostos contra julgamentos proferidos pelos órgãos de Segunda Instância do Tribunal – que representam a maior demanda de trabalhos na unidade – foram examinados de janeiro a outubro desse ano um total de 12.365 recursos, uma média mensal de 1.236 processos. Essa marca já é superior a de todo o ano de 2011, quando 11.486 despachos foram exarados.

Acompanhe abaixo entrevista com a vice-presidente, desembargadora Yara Trindade:

Qual a missão da unidade que é coordenada pela Vice-Presidência?

"Dentre as atribuições da unidade, cabe ainda ao SAPJ encaminhar processos que apresentem possibilidade de acordo ao Juízo de Conciliação de Segunda Instância do TRT5". Para a desembargadora Yara Trindade, isso é feito com o propósito de conferir maior celeridade ao andamento processual. "A conciliação é um dos pilares da Justiça do Trabalho, possibilitando ao trabalhador receber o seu crédito em tempo menor, e ao devedor não ser demasiadamente onerado com despesas decorrentes da sua procrastinação, como juros e correção monetária", avalia a vice-presidente.

Podemos dizer que estamos em dia com o serviço?

"Hoje, o Serviço de Análise de Processos Judiciais não apresenta resíduos, observando-se a média de 19 dias entre o recebimento no setor, com a autuação do processo e a publicação do despacho exarado".

Atualmente a unidade conta com sete servidores disponibilizados pela Vice-Presidência para auxílio nas atividades. Dos 21 restantes, oito servidores atuam na secretaria (área administrativa) e 11, como assistentes (área jurídica). A condução dos trabalhos está a cargo dos servidores Virgínia Maracajá e Jair Coelho, diretora e diretor-adjunto, respectivamente.

A senhora está à frente do trabalho de regulamentação do Tribunal. Há alguma previsão para quando ele será concluído? Os servidores podem ficar animados que vão ter um Tribunal mais estruturado?

Trata-se de um trabalho longo e lento. Além de ser necessário não apenas atualizar, mas reestruturar uma norma que é de 2003, não é possível fazê-lo sem a implantação definitiva do PJe, e que implicará em grandes mudanças na regulamentação do Tribunal. Também há novas exigências impostas pelo CSJT, todas, circunstâncias que impedem um desenvolvimento mais ágil. Por isso temos a expectativa de concluir os trabalhos até outubro de 2013, a tempo de publicar o novo regulamento ao final do mandato. Certamente o Tribunal ficará melhor estruturado. Entretanto, já foi alcançado resultado desta atividade da Vice-Presidência, relacionada à reestruturação interna do Regional com a elaboração e publicação do Ato GP/CR TRT5 Nº 0001/2012, que regulamentou a atividade do Serviço de Saúde, estabelecendo normas a serem observadas por seus integrantes.

CORREGEDOR
DESEMBARGADOR VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA

De logo, registro a minha satisfação em fazer da parte da Mesa Diretora, podendo, assim, contribuir com o nosso TRT, agora na esfera administrativa!

Como o senhor vê neste primeiro ano de gestão o trabalho dos juízes titulares?

A maioria dos juízes do quadro de titulares deste TRT mantém um trabalho eficiente, de qualidade, de forte presença à frente da administração de suas unidades, comprometida com a instituição, os jurisidicionados, advogados e servidores. Trata-se dos magistrados vocacionados, diligentes, responsáveis que, de modo célere, realizam a efetiva entrega da prestação jurisdicional, sentenciando, e não desprezando a execução de suas sentenças, até obterem o pagamento das verbas e direitos das partes, este é o fim da missão de julgar.

Todavia, com tristeza, registro que, por vezes, a produtividade mostra-se negativamente distinta, pois o êxito depende, além da gestão do trabalho (controle de interstício, da designação de pauta etc), das condições de trabalho encontradas por cada juiz em sua unidade jurisdicional. Existem alguns poucos juízes titulares que demonstram ser menos afetos à administração da vara sob sua responsabilidade, e à gestão do próprio tempo, o que pode atrasar a entrega de sentenças, provocando um congestionamento de processos, e com prejuízo à atividade fim deste TRT5.

E o dos substitutos, como é feita a adaptação desses novos juízes?

Em relação aos magistrados substitutos temos um grupo grande que mantém o perfil vocacionado e comprometido com o Tribunal e com a tarefa de fazer justiça. Contudo, há um percentual que não mantém o mesmo ritmo de trabalho dos demais. Nessa toada, enfatizo que a palavra-chave que deve nortear a atividade da magistratura é "vocação".

Desse modo, penso que o candidato, ao passar no concurso, sobretudo na Justiça do Trabalho, que é eminentemente social, deve ter consciência do que representa ser juiz nesta Justiça Especializada, que recebe um número grande de ações movidas por desempregados, em busca dos salários e outros direitos retidos indevidamente pelos que já há muito receberam seu trabalho.

Visando à adaptação dos novos juízes a essa mentalidade de doação, a esse compromisso com o outro e com a instituição, a essa necessidade de administrar seu tempo e seu trabalho, é obrigatória a participação introdutória em curso na Escola Nacional, junto ao C. TST, e também na Escola Judicial, que permanentemente oferta cursos voltados à formação, atualização e aperfeiçoamento dos magistrados. Entretanto,

constata-se que alguns juízes não participam ativamente desses cursos e não comparecem, negligenciando uma atividade que já faz parte da vida do bom magistrado, o aprendizado!

A que o senhor atribui a diferença na produtividade das varas, considerando as características de cada uma? E quanto ao número de processos, como ocorre a distribuição?

Em primeiro lugar, é importante deixar nítido que o desempenho de uma unidade jurisdicional espelha a atuação do juiz titular, que, em muitas varas, é substituído por juiz especialmente designado. Mesmo assim, devem ser observadas as peculiaridades de cada vara. Algumas, bem mais antigas, apresentam razoável congestionamento de processos, sobretudo em fase de execução. Esse fato, sem sombra de dúvida, traz um diferencial muito grande, porquanto os processos remanescentes causam certo desequilíbrio entre as unidades jurisdicionais. Por tal razão, quando criadas por lei novas unidades jurisdicionais, se impõe o remanejamento desses feitos em fase executória, buscando-se equilibrar o passivo.

Quanto ao segundo aspecto, em verdade, nas jurisdições onde existem várias unidades, existe a distribuição das novas ações. Todavia, nas jurisdições de vara única, observa-se a variação de números de processos recebidos a cada ano, dependendo da localização e das particularidades da região. Deve-se ressaltar, também, que a grande rotatividade de servidores, sobretudo levando-se em conta que alguns são recém-empossados e necessitam de um treinamento inicial. Aliás, um dos principais motivos de queixa dos juízes das varas do interior é que, após treinar durante dois ou três meses um servidor, este, na primeira oportunidade, pede transferência para a capital ou região metropolitana. Além disso, existe um número razoável de servidores em licença médica ou gestante, não havendo quem os substitua, o que leva à quantidade exígua de servidores em algumas unidades. Saliento que o número de servidores lotados em cada vara é fixado por norma, que assim calcula, considerando o número de processos recebidos na unidade.

Como a Corregedoria pretende agir para diminuir tais diferenças?

A atuação da Corregedoria é permanente. Na verdade, a atividade correicional no âmbito dos tribunais vem expressamente prevista na Constituição Federal - art. 96, inciso I, alínea 'b', onde é fixado que aos tribunais compete, privativamente, "organizar suas secretarias e serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva". Além da previsão constitucional, tal atividade corregedora tem lastro infraconstitucional, na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que faz nítida alusão no seu art. 682, XI.

Com a atividade de correição permanente, o corregedor-regional exercita constante vigilância dos procedimentos seguidos pelos juízes titulares de vara do Trabalho ou pelos juízes do Trabalho substitutos, e dos servidores da Justiça do Trabalho. Na correição ordinária, ao menos uma vez por ano judiciário, num trabalho que neste TRT5 é dividido com o vice-corregedor, são visitados todos os órgãos de jurisdição da primeira instância, para aferição da regularidade do desempenho da prestação jurisdicional.

Quando da correição, sempre busco saber quais são as boas práticas utilizadas pela vara, os procedimentos que têm contribuído para o bom funcionamento daquela unidade jurisdicional, levando tais exemplos como sugestões para as demais unidades visitadas. Porém, além das correições, a Corregedoria edita normas – como atos, provimentos, recomendações -, que são instrumentos utilizados para diminuir as diferenças de produtividade e visam padronizar o funcionamento das unidades em todo o Regional, na incessante busca de aperfeiçoamento. Os regramentos publicados pela Corregedoria, de forma isolada ou em conjunto com a Presidência e a Vice-Corregedoria, objetivam a uniformidade e otimização de procedimentos.

VICE-CORREGEDOR
DESEMBARGADOR TADEU VIEIRA

"A Vice-Corregedoria tem um papel importante na Administração do Tribunal, na medida em que não funciona simplesmente como 'vice'"

Qual o papel da Vice-Corregedoria no Tribunal?
A Vice-Corregedoria tem um papel importante na Administração do Tribunal, na medida em que não funciona simplesmente como "vice", na acepção pura e simples do vocábulo, ou seja, "aquele que substitui o imediatamente superior nas ausências e impedimentos". Isto porque o vice-corregedor, além de ser o desembargador que sucede, em caso de vacância, o corregedor, e o "substitui nas suas ausências e impedimentos, tem funções próprias e específicas, especialmente, a obrigatoriedade de efetuar as correições ordinárias no âmbito das varas do Trabalho e nos serviços auxiliares em situação igual à do desembargador-corregedor-regional, metade por metade, como acordado entre eles ou definido pelo Órgão Especial. E o que está definido no art. 59 do Regimento Interno do nosso TRT.

O senhor atua em parceria com o corregedor? Há uma dinâmica de trabalho alinhada com a administração?
Esta administração tem primado pelo trabalho conjunto e em parceria, estando a Corregedoria e a Vice-Corregedoria sempre em sintonia, alinhadas, constantemente, e a administração como um todo fazendo com que o trabalho seja desenvolvido de forma harmônica, porém resguardando a independência de cada Órgão.

Como a Vice-Corregedoria atua para incentivar a melhoria do trabalho desenvolvido nas varas?
Nas correições ordinárias, sem negligenciarmos a função fiscalizadora e orientadora, temos incentivado a melhoria dos trabalhos, principalmente nas secretarias das varas, fomentando o espírito de equipe para que haja um convívio salutar entre os servidores, além de promovermos a troca de experiências entre as unidades, buscando implantar uma padronização de procedimentos para melhor segurança daqueles que militam na Justiça do Trabalho da Bahia.

Mutirão de servidores conclui cadastro antes do prazo.

CERTIDÃO NEGATIVA FOI IMPLANTADA GRAÇAS A EMPENHO COLETIVO

Nem bem a gestão começou e o TRT da Bahia (TRT5) tinha uma árdua missão pela frente: vistoriar, em menos de dois meses, todos os processos na fase de execução que estavam em seu acervo, de modo a viabilizar a implantação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), um projeto do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Entre os dias 8 de novembro e 29 de dezembro de 2011, foram cadastrados 159.885 registros de dívidas, relativas a 54.826 partes distintas (devedores). O cadastro permitiu a expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que já pode ser requerida via internet em todo o país, desde 4 de janeiro de 2012. O documento é exigido para a participação das empresas em contratos com a administração pública.

Assim que foi iniciado o cadastro, com o prazo exíguo fixado pela lei, todas as 88 Varas do Trabalho do TRT5 se envolveram no levantamento de informações, uma atividade que extrapolava o horário convencional de trabalho, entrando por fins de semana, feriados e, no caso de algumas unidades, pelo recesso de fim de ano. Além da atividade nas varas, um mutirão de magistrados e também de servidores dos gabinetes de 2ª instância e de unidades administrativas do TRT analisou mais de três mil processos do arquivo provisório de Salvador. O grupo foi integrado por juízes da Central de Execução e por servidores do Setor de Análise Documental (SAD/Meta 3).

A partir da consulta provisória ao BNDT, empresas em todo o Brasil têm se movimentado para garantir a execução de processos trabalhistas em que figuram como devedoras. Na Bahia, a procura também ocorre, e já foram recebidos, no TRT5, diversos pedidos de retiradas de nomes do Banco de Devedores, com interessados alegando que estão na iminência de participar de licitações.

NOVIDADES NAS PERÍCIAS, CÁLCULOS E ESTATÍSTICAS

Em fevereiro, o TRT5 zerou um importante passivo com peritos, viabilizando uma importante etapa das execuções. Esse passivo, acumulado desde 2008, relativo a 2.919 perícias, foi inteiramente quitado com um depósito de R$ 1,9 milhão em honorários dos profissionais envolvidos. O montante, que incluiu encargos sociais, foi provido pelo orçamento do próprio Tribunal, a partir de um esforço da Administração para eliminar as pendências e manter em funcionamento, no exercício 2012, o Quadro Eletrônico de Peritos que atende às varas do Trabalho.

As perícias pagas pelo TRT5 foram realizadas em processos em que houve deferimento de assistência judiciária gratuita e a maioria delas foi realizada em 2009 e 2010. O cumprimento desse compromisso financeiro pela Administração viabilizou o agendamento de novas perícias e a adesão de novos peritos ao Quadro Eletrônico do Tribunal.

Cálculos

Outro importante estímulo ao andamento das execuções foi a criação do Departamento de Apoio à Atividade de Cálculos na 2ª Instância do Tribunal, em 1º de junho de 2012, com o objetivo de retificar e atualizar cálculos das decisões líquidas, bem como proceder à liquidação de decisões de 2ª instância. Até 31 de outubro, a nova unidade já tinha elaborado contas em um total de 906 processos, dos quais 501 entre Recurso Ordinário e Agravo de Petição. Os outros tipos de processos em que o departamento atuou foram Requisição de Pequeno Valor, Embargos de Declaração e consultas de assessores.

O Departamento de Cálculos iniciou também, em ação conjunta com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, o Fórum de Discussão de Calculistas, espaço para divulgação de material atinente a cálculos, como planilhas e tabelas, além da troca de informações entre os calculistas do Regional. O mais importante desse trabalho é a retenção do conhecimento, já que as discussões são armazenadas e ficam disponíveis para futuras consultas, agrupadas por assunto.

Departamento de Apoio à Atividade de Cálculos é inaugurado.

e-Gestão

O e-Gestão, que consiste em um sistema eletrônico de gerenciamento e planejamento das atividades administrativas e judiciárias, já é usado para encaminhamento oficial das estatísticas da 2ª Instância do TRT5 desde maio de 2012. Naquele mesmo mês, a presidente do Tribunal, desembargadora Vânia Chaves, recebeu a Medalha de Mérito Funcional, em nome da instituição, pelo reconhecimento da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho às equipes dos 24 Regionais que se empenharam na implantação da ferramenta no 2º Grau. Também prestigiou a solenidade, em Brasília, o corregedor-regional do TRT5, desembargador Valtércio Oliveira. A previsão é que em 2013 o e-Gestão seja usado no 1º Grau do TRT da Bahia.

Reconhecimento da Corregedoria Geral

ATENDIMENTO AO PÚBLICO É RENOVADO

União de magistrados no atendimento à sociedade.

Cidadão fala para presidente, ouvidora e juiz.

Em março, o posto da Justiça do Trabalho no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) do Shopping Iguatemi passou a funcionar no horário das 8 às 18 horas, o mesmo já adotado no posto do Shopping Barra, nos protocolos dos fóruns de Salvador e do interior. Com a medida, o público do posto do Iguatemi ganhou uma hora de atendimento, já que anteriormente aquela unidade funcionava das 9 às 18 horas.

Os projetos Vara Itinerante e Dia do Cidadão, criados em gestões anteriores com foco no atendimento ao público, também foram renovados:

Vara Itinerante

Em maio, a presidente do TRT5, desembargadora Vânia Chaves, e a juíza auxiliar da Presidência, Angélica Ferreira, visitaram o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargador Mário Alberto Hirs, que garantiu a continuidade da cooperação no projeto. O TJBA disponibiliza os espaços físicos dos fóruns das comarcas para as audiências.

A Vara Itinerante realizou 840 audiências ao longo do ano, encerrando 639 processos, entre conclusos para sentença, conciliados, desistências, arquivados, apensados e remetidos a outra vara ou órgão. O valor conciliado chegou a R$ 989.201,37 e o número de partes envolvidas nas conciliações atingiu a marca de 430.

O serviço é disponibilizado por meio de uma van equipada com computadores, para realizar audiências nas unidades onde não existem varas trabalhistas. A equipe conta com juiz substituto - neste ano, os magistrados Ivo Daniel Póvoas e Juarez Dourado Wanderley -, secretário de audiência, calculista e agente de segurança. A equipe geralmente permanece três dias em cada localidade.

Dia do Cidadão

O projeto Dia do Cidadão atendeu 40 pessoas ao longo do ano. A iniciativa é conduzida com a participação dos integrantes da Mesa Diretora do Tribunal e da ouvidora do TRT5, desembargadora Marizete Menezes, uma vez por mês, e presta auxilio à comunidade. O objetivo é tirar dúvidas sobre processos em andamento e ouvir sugestões do público. Coordenado pelo Serviço de Projetos Especiais com o apoio do Serviço de Ouvidoria, o projeto abre um canal entre a sociedade e a Administração do TRT5, atendendo a uma das diretrizes do Planejamento Estratégico do Regional.

JUÍZO DE CONCILIAÇÃO BENEFICIA QUASE 3 MIL TRABALHADORES

O Juízo de Conciliação de Segunda Instância (JC2) obteve a resolução de 2,5 mil processos, o que beneficiou mais de 2,9 mil trabalhadores, atingindo um valor de, aproximadamente, R$ 67 milhões em créditos conciliados.

O JC2 tem, ainda, a seu cargo o gerenciamento dos valores devidos pelo Estado da Bahia, que optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, em 15 anos, nos termos da EC 62/2009. O débito, inicialmente, era de R$ 219 milhões, sendo que até o fim de outubro o Estado efetuou depósitos no valor de cerca de R$ 40 milhões.

Além disso, o Juízo também se encarrega do gerenciamento dos valores devidos pelo Município de Salvador que optou pelo mesmo Regime Especial de pagamento em 15 anos adotado no Estado. O montante devido nesse caso, inicialmente era de cerca de R$ 2,78 milhões, já tendo sido efetuado depósito no valor de R$ 491 mil.

À frente do Juízo estão a desembargadora Marama Carneiro, o desembargador Tadeu Vieira, a juíza auxiliar Alexa Rocha de Almeida Fernandes e a diretora de Secretaria Maria Eugênia Cunha.

TJ-BA e TRT-BA discutem pagamento de precatórios.

LEILÕES PASSAM A SER VIRTUAIS TAMBÉM

O ano teve como novidade a introdução dos leilões realizados simultaneamente de forma presencial e virtual. Em 20 de janeiro, o leilão administrativo, ocorrido em Salvador, foi o primeiro pregão a ser disputado desta forma. O evento obteve pleno êxito com a arrematação dos cinco veículos oferecidos e ágio de 19,7% sobre o valor da avaliação. A partir de 14 de junho, a modalidade simultânea começou a ser aplicada também a todos os leilões judiciais. A participação de licitantes virtuais eleva o patamar dos lances ao aumentar a concorrência. Antes mesmo da abertura do pregão presencial, já pode ser visto no portal do leiloeiro um histórico de diversas ofertas para o bem que será apregoado.

O TRT5 realizou no último ano 35 leilões judiciais (sete no fim de 2011 e 28 em 2012) e um leilão administrativo, que tiveram sede nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Eunápolis, Guanambi e Barreiras. Durante todo o período, houve um total de 908 lotes arrematados ou adjudicados, superando a marca de R$ 24,4 milhões em valores arrecadados nos pregões.

Primeiro leilão virtual do TRT5.

CAMPANHAS ORIENTAM PARA SEGURANÇA E DIREITOS NO TRABALHO

No dia 13 de julho, o TRT5 realizou na Arena Fonte Nova, um dos estádios que vai receber a Copa do Mundo, o Ato Público pelo Trabalho Seguro, evento que fez parte da campanha de prevenção de acidentes de trabalho promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Os 3.000 operários envolvidos na construção da Arena ouviram pronunciamentos sobre a importância da preservação da vida dos trabalhadores. Falaram o presidente do TST, ministro Oreste Dalazen, a presidente do TRT5, desembargadora Vânia Chaves, o ex-jogador da Seleção Brasileira Cafu e a cantora Magareth Menezes. Também se pronunciaram representantes dos sindicatos dos trabalhadores e da construção civil, além do representante da Arena Fonte Nova.

Antes do evento, durante sete semanas, magistrados do Tribunal promoveram palestras para os trabalhadores no canteiro de obras da Arena sobre direitos fundamentais e prevenção de acidentes, usando a metodologia do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Ainda com relação ao Programa Nacional, o TRT5 realizou parceria com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), organizando uma reunião em maio com mais de 100 empresários do setor, e articulou outras entidades. Todas as iniciativas contaram com a participação da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5).

Em março, também usando a metodologia do TJC, as juízas Alice Braga e Rosemeire Fernandes ministraram palestra para cerca de 70 estudantes do programa de Educação para Jovens e Adultos do Colégio Municipal Professor Claúdio Veiga, na Estrada Velha do

Justiça e cidadania na Arena Fonte Nova.

Juízes atendem população em bairro carente.

Aeroporto. As magistradas falaram sobre o tema Direito do Trabalho e Trabalho Escravo Contemporâneo.

O Tribunal participou ainda da campanha Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado, promovida pela Anamatra, em parceria com a Amatra5. O ponto mais alto foi um mutirão de atendimento à comunidade do Bairro da Paz e entorno, tirando dúvidas e dando orientações sobre direitos trabalhistas, com a participação da presidente do TRT5, desembargadora Vânia Chaves, e mais de 30 juízes do Tribunal. A ação aconteceu em agosto na Fundação Lar Harmonia. Além dos esclarecimentos à população, alunos e professores do Colégio Estadual Satélite receberam noções de deveres e direitos com as juízas Rosemeire Fernandes e Soraia Gesteira, do Programa TJC na Bahia.

Apoio

O Tribunal formalizou, também em agosto, apoio à campanha '-Todos pela Educação - Eu sou responsável pelas Escolas da minha Comunidade, promovida pela Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia (OAB-BA). A iniciativa tem por objetivo ajudar a melhorar a qualidade da educação pública no Estado. O TRT cedeu espaço nos fóruns trabalhistas da Capital e do interior para colocação de cartazes, formulários de consulta pública e urnas de coleta.

As urnas estão disponíveis também em agências dos Correios e nas 31 subseccionais da OAB espalhadas pelo Estado. Representantes da Ordem recolhem periodicamente os formulários preenchidos. Segundo a presidente da comissão, advogada Eliasibe Simões, após receber as denúncias, o Comitê Permanente de Acompanhamento do Funcionamento das Escolas Públicas, integrado pela OAB-BA, Correios e pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), entra em contato com os responsáveis pela instituição de ensino, as secretarias de Educação ou outras autoridades, dando ciência também ao Ministério Público do Estado (MPE-BA), que integra o projeto. O Comitê atua também no combate à evasão escolar, abandono intelectual e trabalho infantil.

CDP E ESCOLA JUDICIAL REALIZAM MAIS DE 300 CURSOS

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) realizou um total de 211 eventos, contemplando 3.792 participantes, alguns dos quais estiveram envolvidos em mais de uma iniciativa. As atividades se dividiram em treinamentos presenciais e educação à distância.

Entre os eventos presenciais, destacam-se o treinamento de integração para novos servidores, atendimento ao público e cursos para os agentes de segurança. Também, aqueles envolvendo assuntos da área judiciária, como Samp, rotinas de serviços de distribuição e secretário de audiência, além da temática administrativa, como o Programa de Desenvolvimento Gerencial e o curso de Gestão por Competências.

A respeito do PJe, foram capacitados os servidores lotados em gabinetes, turmas e outras unidades, inclusive as varas de Santo Amaro e de Candeias, que receberam o sistema. Com relação a esta última cidade, houve treinamento específico para servidores do Departamento de Apoio, outra turma para Oficiais de Justiça, além de palestra de apresentação do PJe para os operadores de direito atuantes na região.

Na modalidade de educação à distância, destacam-se cursos de LibreOffice (602 servidores capacitados), Formação de Calculista, Sistema AUD e Acordo Ortográfico. Em Parceria com a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) foram realizados cursos de Atendimento ao Cidadão, Orçamento Público, legislação aplicada à Gestão de Pessoas, Gerência de Projetos e outros.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) disponibilizou ainda 409 vagas para os servidores do TRT5 no Curso online de Gestão Estratégica realizado em outubro. O Regional também custeou a participação de servidores em eventos externos promovidos por outras entidades, principalmente no que diz respeito a áreas mais especializadas da administração.

A Escola Judicial também realizou diversas atividades online e presenciais, num total de 95 eventos, entre cursos, conferências, oficinas e outros, com 2.971 concluintes, sendo que algumas pessoas foram atendidas em mais de uma iniciativa. Destacam-se no conjunto do trabalho as sete videoconferências promovidas, envolvendo temas atuais como "O PJe", "As recentes alterações legislativas – aviso-prévio proporcional e teletrabalho"; "Efetividade da Execução", "Execução Trabalhista Contra Massa Falida", "Novas Configurações dos Danos Indenizáveis, "O Novo CPC" e "Questões controvertidas sobre penhora e embargos do devedor". Os participantes assistiram às apresentações no auditório do Instituto Anísio Teixeira ou, se preferissem, podiam acompanhar a transmissão ao vivo em um dos 30 auditórios localizados em municípios do interior da Bahia. Desta atividade específica podiam participar servidores do TRT5, advogados e estudantes de Direito.

Também chamam a atenção as duas Jornadas de Responsabilidade Civil que ocorreram em outubro deste ano, bem como o seminário em homenagem ao ministro Horácio Pires, que se aposentou em junho. Este último evento, ocorrido no mês de julho, contou com palestras dos magistrados Cláudio Brandão e José Augusto Rodrigues Pinto.

Houve ainda cursos com especialistas renomados, destinados principalmente a magistrados, seus assessores e assistentes, numa grande variedade temática. Para se ter ideia, foram abordados, entre outros assuntos: Teoria Geral da Responsabilidade Civil, Responsabilidade Subjetiva e Objetiva no Código Civil, Técnicas de Coleta de Prova, Soluções Criativas e Inovadoras para uma maior Efetividade da Execução Trabalhista, Teoria e Prática da Execução Trabalhista, Uso da Tecnologia na Execução e Fundamentação e Argumentação nas Decisões. Nove vídeoaulas foram promovidas no auditório da Escola, além de duas oficinas (O Exercício da Magistratura e as Relações de Poder - A Figura da Autoridade - e A Realidade da Magistratura e os Desafios Emocionais no Exercício da Atividade Jurisdicional). Aconteceram, ainda, os ateliês Psicanálise e Direito, com a psicanalista Mônica Véras, espaço de reflexão entre magistrados, dos aspectos subjetivos do fazer jurídico.

Por fim, para contemplar os servidores do interior, foram promovidos cursos na modalidade de EaD, a exemplo dos cursos on line "Processo do trabalho, trâmites e fundamentos', "Elaboração de minuta de sentença", "Prática jurídica" e "Execução trabalhista".

Magistrados e servidores aprimoram linguagem.

Aulas online implementam o aprendizado no TRT5.

TRT5 firma convênio com a Caixa.

RECEITAS EXTRAS REFORÇAM EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O TRT5 obteve receitas extraorçamentárias significativas. Uma delas por meio de um convênio com a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 1.743.724,50. Outras receitas foram obtidas através da utilização de espaço físico do Tribunal por entidades de classes e contratadas, no valor de R$ 699.065,80. Estes recursos foram imprescindíveis para o equilíbrio da execução orçamentária e financeira neste exercício.

Foram importantes também os recursos orçamentários obtidos por esta administração junto ao Conselho Superior da Justiça do trabalho (CSJT) para a construção em 2013 das varas trabalhistas de Itapetinga e Brumado, respectivamente nos valores de R$ 3,5 milhões e R$ 3 milhões.

Com o CSJT também foram providos recursos para a aquisição de mobiliário, no montante de R$ 1.481.477,89, sendo R$ 499.942,55 em dezembro de 2011 e R$ 981.535,34 em 2012 .

Desde novembro de 2011 foram gastos R$ 951.998,37 nesta rubrica. O equipamento está dentro dos padrões de ergonomia, com a validação do Comitê de Saúde do Trabalhador do TRT5 (CSTRAB).

O Tribunal fez uma nova licitação para os serviços de telefonia e, em seguida, um novo contrato com a operadora Oi/Telemar, que garantiu uma economia média mensal de 38,87%. Veja:

Tipo de ligação*	Tarifação antiga Valor R$/minuto	Tarifação atual Valor R$/minuto	Serviços Industriais de Utilidade Pública
Ligação Local	0,30	0,04	86,67%
Ligação DDD Para Fixo	0,30	0,11	63,33%
Ligação Ddd Para Celular Vc2	0,84	0,70	16,67%
Ligação Ddd Para Celular Vc3	0,84	0,74	11,90%
Ligação Para Celular	0,76	0,64	15,79%

*Tarifas para ligações originadas de Salvador, Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro.

O TRT5 tem como meta economizar 15% dos seus recursos até 2014, comparado com o orçamento de 2009. A administração também monitora o consumo de energia e água, orientando contra o desperdício e sanando eventuais problemas na rede de distribuição.

Ecologia

O Tribunal também está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), neste ano, que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais, o TRT5 utiliza lâmpadas fluorescentes há aproximadamente 20 anos, o que já atende à recente recomendação do CSJT. Antes de a Resolução ser editada, o TRT5 efetuou o registro de preços para a compra de 120 unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio.

PARCERIAS GARANTEM EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ESTÁGIOS

O TRT mantém programas de estágio que beneficiam 267 jovens. Na capital, são 79 estudantes de nível médio, três de nível profissionalizante (técnicos de saúde bucal) e 127 de nível superior (cursos de Direito, Arquivologia, Administração etc), totalizando 209 vagas. No interior, 14 de nível médio e 44 de nível superior, totalizando 58 vagas.

Desde agosto, 25 pessoas com deficiência auditiva passaram a trabalhar na área de digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, a partir de agosto de 2010, passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital. Os trabalhadores foram contratados mediante convênio com a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado (Apada-Bahia), entidade sem fins lucrativos, que funciona no bairro do Rio Vermelho.

O contrato inclui também a atuação de um supervisor como intérprete do grupo. A maioria dos contratados tem entre 20 e 30 anos e foi aproveitada de um curso de Informática promovido pela Apada. A sala de trabalho para os novos contratados foi especialmente montada com 25 unidades de digitalização (computador e escâner) e mais uma de supervisão. Diariamente são escaneados uma média de mais de 120 processos, de vários volumes, segundo informações do próprio setor.

Digitalização de processos é agilizada.

SEDES NOVAS

Diversas obras foram realizadas com a supervisão do Departamento de Obras, do Serviço de Apoio às Unidades do Interior (Saui) e do Serviço de Atendimentos Gerais:

Centro Administro da Bahia - Já foram executados 76,36% do orçamento de R$ 20,8 milhões destinados à construção do edifício IV da nova sede do Tribunal no Centro Administrativo da Bahia. Entre as partes que se encontram em estágio mais avançado estão a estrutura (99,42%), pintura (63,82%), instalações elétricas (69,51%), impermeabilização, proteção térmica e cobertura (todos com 100%).

Em setembro, a Presidência do TRT5 instituiu o Comitê de Acompanhamento da Construção da Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que conta com a participação de magistrados da Casa e também com representantes da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia; e do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal da Bahia (Sindjufe-BA). A medida enseja a participação de entidades representativas da sociedade na edificação, conferindo, assim, maior transparência a todos os atos praticados. Em outubro, o Comitê visitou a obra e realizou reunião para avaliar os andamentos.

Santo Amaro

Além da adaptação das redes lógicas e elétrica e da instalação de novo mobiliário no atual fórum para o PJe, foi concluída a construção do novo fórum.

Alagoinhas

Iniciada a obra do novo fórum, que vai ter capacidade para abrigar três varas trabalhistas, uma a mais em relação às duas instaladas atualmente. O projeto, que foi avaliado em cerca de R$ 3,3 milhões, está dentro do padrão de fóruns trabalhistas da 5ª Região, e atende às normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no que diz respeito à acessibilidade, com rampas de acesso e elevador para pessoas com deficiência, bebedouro e sanitários adaptados, além de vagas reservadas no estacionamento. O prédio terá dois

Primeiro módulo já está quase pronto.

andares, nos quais serão distribuídas as salas de audiência, gabinetes para juízes, secretarias das varas, protocolo, sala técnica de informática e elétrica, administração do fórum, sala da OAB e dos oficiais de justiça.

Ipiaú e Paulo Afonso

O Tribunal recebeu em agosto a escritura de um terreno de 5.000 m² em Ipiaú, destinado à construção do novo fórum trabalhista. A doação foi feita pela prefeitura daquele município. Em julho, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) entregou a escritura da área doada para a nova sede da Justiça do Trabalho em Paulo Afonso. O terreno mede 2.682,87 m².

Reformas

Manutenção e pintura em Simões Filho, com ampliação das secretarias das duas varas, e também em Euclides da Cunha, Barreiras e Itaberaba. Nesta última, houve contribuição da Caixa Econômica Federal. Reforma elétrica e recuperação do prédio em Itapetinga. Em Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas houve recuperação do telhado e, em Brumado, pintura das paredes da sede. Em Juazeiro, foi iniciada a reforma, que dedica especial atenção à parte elétrica.

Camaçari

Iniciada a obra de reforma completa. Por meio de convênio, o TRT5 recebeu a doação de R$ 250 mil do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), valor destinado à complementação das despesas.

Candeias

Houve a construção de um anexo, já que havia demanda por espaço desde a instalação da 2ª Vara naquele município, em 2008. No anexo funcionam o arquivo e setores de apoio administrativo, além de salas para advogados e oficiais de justiça. O fórum passou ainda por reparos no

Santo Amaro ganha nova sede.

Barreiras passou por reforma.

revestimento interno e foi feito o pastilhamento da fachada. Passou ainda por uma reforma da rede lógica - com vistas à instalação do PJe -, do circuito elétrico e das instalações hidráulicas, bem como recebeu novo mobiliário.

Outras iniciativas

Inclusão de pontos para mais computadores nas 39 varas da capital. Modificação do leiaute de 14 varas com a instalação de salas para juiz auxiliar, assistente e calculista. Elaboração das cartilhas de procedimentos de segurança para obras no Tribunal e para trabalhos supervisionados pelo Serviço de Atendimentos Gerais (manutenção civil, conservação e operações).

Também foi realizada a alteração do leiaute da sala do SAG, da Contabilidade, da Assessoria de Comunicação, da Escola Judicial (sala da Comissão de Concurso), da Assessoria Jurídica (Recurso de Revista), da sala da Digitalização de Processos e do Serviço de Pessoal. No Fórum do Comércio houve a instalação do Setor de Arquivo, a remoção da grua de aço do terraço e a revisão elétrica nos transformadores de alta tensão. Ainda em Salvador, nos edifícios Coqueijo Costa e Presidente Médici, aconteceu a revisão elétrica, de refletores e luminárias dos estacionamentos e áreas comuns

Acessibilidade também na sala de audiência.

SERVIDORES SE PREPARAM PARA UM MELHOR ATENDIMENTO

A Lei 10.436/2002 e respectivos atos regulatórios determinam que 5% do quadro de pessoal em todo o Poder Público sejam habilitados a prestar atendimento adequado às pessoas com deficiência auditiva. No TRT-BA, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), em parceria com Associação Educacional Sons do Silêncio (Aesos), realizou no último ano três cursos sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras) para 43 servidores e a Oficina Acessibilidade: como lidar com pessoas com deficiências. Os cursos ocorreram em Salvador e Feira de Santana, ministrados pelo tradutor-intérprete e instrutor de Libras, professor Roberto do Amaral Júnior.

Desde o mês de junho de 2012, o TRT disponibiliza o serviço de tradução para a realização de audiências nas varas do Trabalho da Região Metropolitana de Salvador e em Porto Seguro. Em agosto, foi realizada a primeira audiência de conciliação com a atuação do perito-tradutor Roberto do Amaral Júnior, na 23ª Vara do Trabalho de Salvador. A audiência, presidida pela juíza Manuela Hermes de Lima, foi concluída com um acordo no valor de R$ 3 mil, beneficiando um trabalhador portador de deficiência auditiva.

Em julho de 2012, os servidores Rivaleno Ribeiro Amâncio Costa, do Departamento de Obras, e Marcelo Rodrigues, do Serviço de Pessoal, participaram do curso Acessibilidade a edificações, vias públicas e sistemas de transporte coletivo - Interpretação da ABNT NBR 9050:2004, na sede da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em São Paulo. O evento teve como pauta principal o livre acesso aos ambientes públicos e a utilização do Desenho Universal, baseado nas referências técnicas da ABNT e nas leis federais que trazem garantias às pessoas com dificuldade de locomoção. Atualmente, Rivaleno tem levantado e sugerido ao Comitê de Saúde do Trabalhador do TRT5 (CSTRAB) intervenções para serem implantadas nos fóruns do Tribunal. O CSTRAB também elabora proposta para a formalização de uma Comissão de Acessibilidade no Tribunal.

INTEGRAÇÃO INTERNA É APRIMORADA

A intranet do TRT5 ganhou uma nova página de abertura, que é o primeiro passo para uma gradativa transformação das suas áreas internas. A mudança, que ocorreu em julho de 2012, trouxe uma melhor distribuição dos conteúdos e inovações, visando ao maior conforto e à acessibilidade dos usuários.

Um importante passo foi a inserção da página de abertura da intranet no Sistema de Gerenciamento de Conteúdos (SGC), o mesmo que já vinha sendo usado para postar notícias da internet. Graças a isso, o leitor pode pesquisar o acervo de notícias por meio de palavras-chave, da mesma forma que já acontecia com as matérias do portal externo do Tribunal. As campanhas e vídeos produzidos pela Secom também ganharam um espaço mais adequado.

Corregedor e diretor do fórum inauguram a placa do PJe em Ilhéus (à esquerda).
Lançamento do PJe em Santo Amaro (à direita).

PROCESSO ELETRÔNICO SE EXPANDE

O Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) será o único sistema do Judiciário Trabalhista, e já está sendo exigido na abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA) e nas varas de Santo Amaro e de Candeias. Em dezembro de 2012, a sistemática foi adotada nas varas de Itabuna e de Ilhéus. Uma meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina ainda que, em 2013, seja implantado em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada TRT, como sistema exclusivo para novos processos.

O PJe promove mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas como carimbar e manusear a papelada, trazendo vantagens aos cofres públicos, ao meio ambiente e à saúde de quem lidava com a burocracia. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

Segundo o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen, o PJe é irreversível: ''Não haverá retrocessos, nem interrupção, nem abandono, porque é um projeto institucional de todo o Judiciário Trabalhista''. Ele elogiou o envolvimento e a parceria de magistrados e servidores do TRT na implantação do sistema. ''Em nenhuma outra Região houve tamanho entusiasmo e engajamento'', afirmou.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo graus e o primeiro a receber a versão nacional do PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em diversas oportunidades, a presidente do TRT5, desembargadora Vânia Chaves, agradeceu a todos os que se engajaram para tornar o PJe uma realidade, principalmente os gestores da implantação, desembargadores Cláudio Brandão e Dalila Andrade, e incentivou os advogados a utilizarem a nova ferramenta.

O Comitê de Implantação do PJe-JT na Bahia continuará programando ações de disseminação e capacitação para o sistema. Em parceria com a OAB

foi instalado em Salvador , no fórum do Comércio, um espaço para emissão de certificação digital para os advogados, essencial para o uso do PJe . A implantação do PJe representou um aprendizado para toda a instituição, por se tratar de um projeto com prazos curtos e desafios para a montagem física e tecnológica, além do contato com os usuários diretamente afetados. E todas as etapas foram vencidas.

Por determinação do CSJT, o TRT da Bahia funcionou como padrinho da implantação do PJe no TRT do Rio Grande do Sul (TRT4), que foi finalizada no dia 24 de setembro. Um grupo de magistrados e servidores do Regional baiano participou de diversas atividades, sobretudo aquelas relacionadas à montagem de infraestrutura, treinamento de administradores e de servidores, parametrização, simulação na vara do trabalho piloto (1º grau) e no TRT (2º grau) e em operações assistidas.

Antes, porém, no mês de junho, o desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão e servidores do TRT-BA participaram da instalação do PJe em quatro varas de Aracaju (TRT20-SE), compartilhando experiências em eventos de capacitação. O Tribunal baiano foi convidado a atuar como padrinho da implantação naquele Estado pelo gerente executivo do PJe-JT, Paulo César Camarão.

Atualização

Mais de 800 microcomputadores estão substituindo equipamentos das varas e departamentos de 2º grau em que o PJe foi instalado e também nos demais fóruns que receberam o sistema em 2012. Essas unidades foram priorizadas, pois o PJe requer dois monitores por computador. Neste rol destacam-se a Mesa Diretora, o Tribunal Pleno, as salas de sessão, a Vara de Santo Amaro, os fóruns de Candeias, Itabuna e Ilhéus, gabinetes e turmas. As varas da capital e os departamentos administrativos também foram contemplados com novos micros para substituir aqueles que estão fora da garantia ou obsoletos. Além dos computadores, foram entregues 250 novas impressoras e multifuncionais. Já existe previsão de novos fornecimentos para contemplar os demais setores, aguardando finalização de processo licitatório.

Sala-cofre

Se encontra em fase final a instalação da sala-cofre do TRT5, que deve resguardar o centro de processamento de dados do Tribunal contra ameaças físicas, como fogo, calor, umidade e outros riscos. A Secretaria de Informática do TRT5 transferirá, até o final de 2012, todos os equipamentos de armazenamento de dados jurídicos e administrativos da instituição para esse ambiente. Testada e certificada segundo padrões internacionais, a sala-cofre é totalmente à prova de gases corrosivos, fumaça, água, roubo, acesso indevido, impacto, pó, explosão, magnetismo e armas de fogo. A segurança proporcionada é de fundamental importância para as exigências do PJe.

Nova rede

Foi contratada nova rede de comunicações que propiciará, em média, quatro vezes mais velocidade na rede informatizada que liga as diversas unidades judiciárias do Estado com o Tribunal. A rede intensificará a conexão entre os fóruns trabalhistas, varas do Trabalho isoladas e Postos Avançados da Justiça do Trabalho com o datacenter principal, localizado na sede, em Salvador. Esta ação é decorrente do projeto de contratação de serviços de telecomunicação de dados para a Justiça do Trabalho - Rede Nacional - JT e deverá ser implementada até o final de 2012. O TRT da 5ª Região se responsabilizou pela licitação que atendeu a 14 TRTs. As velocidade dos links entre as unidades baianas foi redimensionada considerando o número de varas do Trabalho, o volume de processos em cada unidade e, principalmente, a implementação do PJe.

Seguindo as diretrizes do PETIC

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e da Comunicação, em alinhamento com o PEI (Planejamento Estratégico do TRT5), foram realizadas ações para adoção das melhores práticas em governança de TIC, como a elaboração da metodologia que dá suporte ao Escritório de Projetos de TI, criado em 22/10/2012 pelo Ato 535/2012; para promoção da segurança da informação com a instalação de nova solução de prevenção à intrusão – IPS; promoção da integração e colaboração com entidades externas, como a integração com PRT – Procuradoria Regional do Trabalho; e a busca pela excelência no atendimento aos usuários internos e externos com a implantação da Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Os serviços para a área administrativa do Tribunal também foram contemplados através da implantação dos sistemas de Ouvidoria do CNJ, Controle de CID, solução de telefonia fixa, TRT Saúde Periódico, servidor lotação provisória, controle de remoção, novos módulos para atendimento à Escola Judicial e demandas para os sistemas de estágio probatório e avaliação de desempenho.

PJe chega a Itabuna e Ilhéus

No dia 11 de dezembro último, ocorreu a cerimônia de implantação do Processo Judicial Eletrônico, PJe-JT, em Itabuna e Ilhéus, no Fórum Humberto Machado e no Fórum João Mangabeira, respectivamente. Dessa forma, cumpriu-se a meta do Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT de implantar o sistema em 10 % das varas, no ano de 2012.

A presidente do TRT5, Vânia Chaves, realizou a implantação com o corregedor-regional, desembargador Valtércio Oliveira, e a gestora regional do projeto, desembargadora Dalila Andrade, que coordena os trabalhos de implantação, realizando, inclusive, palestras para os advogados e procuradores de esclarecimento de uso do sistema, que acaba com os processos em papel.

No site do TRT5, o Portal do PJe-JT esclarece seu uso em manuais destinados à primeira e à segunda instância.

Presidente, corregedor e gestora regional com juízes de Itabuna.

NOVOS AUTOMÓVEIS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA

O TRT5 adquiriu e concluiu a documentação de nove veículos, que já estão funcionando na sua frota. Além de quatro veículos Fiat Linea, que servem à Mesa Diretora, o Tribunal passou a contar com dois Fiat Palio, usados nas atividades de correição, dois Volkswagen Gol, para trabalhos gerais, e uma nova ambulância, que reforça o socorro com aquela já existente. Ainda em 2012, há a previsão de aquisição de um micro-ônibus, um furgão e uma caminhonete, sempre priorizando a atividade fim e as necessidades administrativas.

ARQUIVO É MODERNIZADO

O depósito do Arquivo Judicial do TRT5, que funciona na Rua Vital Rego, no Barbalho, ganhou modernas estantes deslizantes que podem conter, no conjunto, cerca de 70 mil processos de vários volumes. O equipamento já abriga os autos de 30 mil ações baixadas das varas de Salvador no ano de 2012, posicionados de forma organizada, e a expectativa é que os estoques de arquivamento dos próximos dois anos possam ser alocados ali.

A equipe do arquivo, que conta com 15 servidores, sendo 2 com formação específica, e oito estagiários de Arquivologia, trabalha intensamente na guarda e conservação dos processos, inclusive fazendo triagem dos autos que estão prestes a ser eliminados, verificando a existência de objetos de valor histórico, depósitos ou créditos remanescentes.

O depósito do Barbalho é amplo e possui 190 mil processos arquivados. Com área total de 1.041 metros quadrados, a estrutura é composta de três prédios - um grande armazém com dois pavimentos e dois galpões anexos, além de garagem. Todo o acervo de um dos depósitos que estava localizado na sede do TRT em Nazaré, numa média de 160 mil processos, também foi encaminhado para aquele no Barbalho, liberando a área para outros usos. A localização próxima da atual sede também facilita o transporte dos volumes de documentos.

Dos cerca 1,036 milhão processos cadastrados no sistema do Arquivo Geral de Salvador, cerca de 440 mil aguardam eliminação.

Chefe do arquivo com a presidente e o diretor-geral

Notificação de credores

No último ano, o Setor de Análise Documental do TRT da Bahia (SAD/Meta 3) vistoriou 3.147 processos que estão guardados provisoriamente no Arquivo Geral do TRT, muitos dos quais aguardam o comparecimento e a iniciativa das partes. Como parte desse trabalho, a unidade localizou e notificou 260 pessoas para receber crédito, numa ação que teve repercussão nacional, com cobertura da mídia, inclusive televisiva. Foram entregues alvarás para 115 pessoas receberem crédito e o valor total pago foi de R$ 127.442,07.

A ação conta com o apoio do Departamento de Inteligência do Tribunal, e o SAD também faz pesquisas na base de dados do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) com o CPF dos trabalhadores. Os reclamantes localizados com a ajuda do Departamento de Inteligência do Tribunal foram 43 e aqueles notificados por oficial de justiça foram 68.

A des. Dalila Andrade e o diretor Márcio Fernando.

GESTÃO ESTRATÉGICA: TRT5 FOI DESTAQUE NACIONAL EM RESULTADOS

A Gestão Estratégica se consolidou no TRT5, no último ano, como ferramenta para garantir o cumprimento do que é deliberado pela instituição, além de ajudar a avaliar quesitos como eficiência e efetividade. O TRT da Bahia destacou-se entre todos os regionais trabalhistas, levando-se em consideração os resultados apresentados nos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Tribunal baiano alcançou cerca de 80% no cumprimento. A informação foi divulgada durante a reunião preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, em outubro.

No plano interno, a Gestão Estratégica garante a participação e a articulação entre os diversos setores, combinando envolvimento da alta administração, gestão participativa, organização técnica e capacitação, planejamento, comunicação e monitoramento. Já para o público do Tribunal, representa maior transparência. A população tem conhecimento do percentual de julgamentos e do cumprimento de metas, do investimento em áreas carentes, além de poder acompanhar a implementação de soluções estruturantes. Esse tipo de planejamento também permite uma melhor gestão de recursos para alcançar a missão, definindo prioridades.

Dentro dessa sistemática, uma importante ferramenta são as Reuniões de Avaliação Estratégica, que ocorrem mensalmente, para avaliar a realização do que foi planejado. Experiências recentes como a implantação do Processo Judicial Eletrônico e o cadastro da Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas (CNDT), que representaram desafios pelo volume do trabalho e pela urgência, testaram e aprovaram a metodologia aplicada pelo Tribunal.

Além disso, um Ato da Presidência (535/2012), divulgado em outubro, instituiu o Escritório de Gestão de Projetos do Tribunal (EGP-TRT5), que passou a atuar no rol das atribuições da Secretaria de Assessoramento em Planejamento e Economia, auxiliando o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) do Tribunal e a Administração na classificação, aprovação e priorização de novos projetos. O mesmo ato estabelece diretrizes para a gestão de projetos e programas no âmbito do Regional. A figura do Magistrado Integrador, responsável pelo apoio institucional, também foi formalizada pelo Ato. A juíza Angélica Ferreira, auxiliar da Presidência do TRT5, assume esse papel.

METAS DE GESTÃO PARA 2012 JÁ CUMPRIDAS:

- Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 80% das ações ajuizadas em 2008;
- Disponibilizar para consulta pública na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça;
- Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação;
- Executar, até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas de pessoal.

Entrevista antecede exame.

Médica realiza exame periódico.

IMPLANTADO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO

Um dos principais marcos na área de saúde foi a formalização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em junho de 2012. O programa tem por objetivo estabelecer diretrizes e parâmetros para a vigilância médico-ocupacional e preservar a saúde dos magistrados e servidores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a saúde e o trabalho. Em julho, depois de finalizado o sistema informatizado necessário, foram iniciados os exames periódicos, que fazem parte do Programa. Até o fim de outubro, 1.059 servidores tinham passado pelos exames, incluindo avaliações de acuidade visual e cálculo do risco cardiovascular.

Além disso, o Comitê de Saúde do Trabalhador (CSTRAB), um fórum de discussão de caráter multiprofissional, atuou em alinhamento com o Planejamento Estratégico, no tema de Gestão de Pessoas, para "Desenvolver políticas de atenção à saúde, com foco na prevenção de doenças" e "Buscar a melhoria contínua do clima organizacional e da qualidade de vida das pessoas".

Em 2012, o Programa de Qualidade de Vida foi vinculado à Secretaria de Gestão de Pessoas, o que favorece a integração entre setores da área administrativa que, pela natureza das ações, trabalham em áreas contíguas. Através desse Programa o CSTRAB, gerencia a implantação do PCMSO e dos Programa de Prevenção em Risco Ambiental (PPRA) no TRT5.

Também em 2012, criou-se a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (CESMT), que tem como principais atribuições esclarecer e conscientizar magistrados, servidores e demais trabalhadores do Regional a respeito da segurança no trabalho, bem como atuar no desenvolvimento e na implementação do PCMSO. A composição da CESMT envolve essencialmente engenheiros de segurança e médicos do trabalho, além de representantes do CSTRAB.

Ainda neste ano, foi instituído um novo regulamento para o Serviço de Saúde, que atualizou as regras para o acompanhamento de afastamentos e licenças médicas de magistrados e servidores.

Outras ações

Vacinação e orientação

O Programa de Vacinação 2012 imunizou 1.424 pessoas contra a gripe e 253 contra a Hepatite B, incluindo magistrados, servidores e estagiários, sendo 901 na capital e 523 nas varas do interior. Já o Programa de Promoção de Saúde Bucal visitou 63 setores, levando orientação a 384 servidores, que receberam kits odontológicos. Foram preenchidos 384 questionários de autoavaliação bucal.

Avaliação do índice de estresse

A Seção de Psicologia realiza avaliação do nível de estresse do corpo funcional deste Tribunal através do PCMSO. No ano de 2012, o público escolhido para dar início a essa aferição foram os magistrados.

PJe

O CSTRAB integra o Comitê de Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e vem acompanhando as equipes que passam por mudança com a implantação do sistema, através da análise ergonômica das secretarias das varas. É realizado um diagnóstico organizacional, através da escuta dos servidores e magistrados e da observação local do trabalho. O Comitê do PJe, por sua vez, está atento ao diagnóstico e às orientações apontadas. Além disso, o CSTRAB também realizou a análise ergonômica dos oficiais de Justiça em Salvador.

Atendimento odontológico já é rotina no TRT5.

Palestras
O Programa de Qualidade de Vida (CSTRAB/Serviço de Saúde/CDP) realizou palestras e workshops abordando temas como Obesidade, Prevenção de Doenças Cardiovasculares, Aspectos Psicológicos das Doenças Crônicas, Nutrição Saudável, Nutrição para Hipertensos e Diabéticos, Doenças Ocupacionais, Prevenção e Tratamento da Dor Crônica, Saúde do Adulto Maduro: Aspectos Fisiológicos do Envelhecimento, Atividade Física e Qualidade de Vida.

Maturidade
O Programa de Preparação para Aposentadoria (Projetos Especiais/CDP) apresentou de julho a outubro sete palestras, com média de 35 servidores por evento. Foram discutidos assuntos como Trabalho e Aposentadoria - O Sentido das Nossas Vidas, Novos Projetos de Vida, É hora de aposentar?, Aspectos Jurídicos e Administrativos da Aposentadoria, Cultura e Hábitos Alimentares na Maturidade: Alimente-se com prazer e saúde e Finanças Pessoais.

Dia Mundial da Saúde
Jornada de saúde de uma semana, realizada pelo Serviço de Projetos Especiais em parceria com o Serviço de Saúde e a participação do Comitê de Saúde do Trabalhador (medição de pressão e glicemia), ocorrida no Fórum do Comércio.

Encerramento do projeto para aposentadoria

Pausa na hora do almoço.

Eventos culturais
Eventos promovidos pelo Serviço de Projetos Especiais: Programa Quase Sexta, com apresentações musicais e eventos de humor; Concurso de Fotografia do Dia das Mães, em parceria com a Secom; exposição Versões, do artista plástico Sandro Caldas, no Fórum do Comércio; Carnaval na Mangueira - Grito de Carnaval; Semana da Mulher, com a presença de um estilista que falou sobre moda e de uma fisioterapeuta que abordou o uso adequado de sapatos e bolsas; e a edição do Jornal TRT Cultural, com quatro edições publicadas na intranet.

MAGISTRADOS SE REÚNEM EM DEBATES NA 1ª SEMANA INSTITUCIONAL

Uma iniciativa desta gestão foi a realização da 1ª Semana Institucional do TRT5, que mobilizou os magistrados do Tribunal de 21 a 23 de novembro de 2012, com palestras e oficinas de trabalho, sendo encerrado com a votação das propostas desenvolvidas pelos grupos temáticos sobre: Processo do Trabalho - Boas Práticas, Efetividade da Execução, Ações Sociais, Saúde e Perrogativas dos Magistrados. O evento, que teve o essencial apoio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), foi organizado pela Escola Judicial do TRT5.

Ao final, a presidente Vânia Chaves elogiou e declarou aos participantes: ''Vivemos um tempo de muitas expectativas sobre nós, de tarefas a cumprir, de cobranças, mas nem por isso deixamos de cumprir o nosso papel, atendendo o jurisdicionado e as demandas dos conselhos superiores, geralmente em prazos restritos, com abnegação e espírito de sacrifício. Acredito que depois dessa fase de transição, dias melhores virão''.

Já o corregedor, desembargador Valtércio Oliveira, falou da importância da iniciativa que proporcionou uma rica troca de informações entre os magistrados: ''Rever nossas dificuldades e expectativas é fundamental para o crescimento do Tribunal'', afirmou, comprometendo-se a analisar cuidadosamente todas as proposições que forem dirigidas à Corregedoria.

A presidente da Amatra5, juíza Ana Cláudia Scavuzzi, declarou-se emocionada com o congraçamento e a integração proporcionados pela Semana Institucional: ''Eventos como esse fortalecem o nosso sentimento de pertencer à instituição'', destacou.

As proposições aprovadas foram disponibilizadas no site da Escola Judicial e encaminhadas para apreciação dos órgãos competentes para deliberação - Presidência, Corregedoria, TST, Coleprecor e Conselhos Superiores.

Das 77 propostas retiradas das oficinas temáticas, 67 foram aprovadas em plenária. Houve o comparecimento de 97,3% do total de 155 magistrados em atividade regular (não computados aqueles afastados por motivo de férias, licença etc). Dentre aqueles em atividade regular, 14 estiveram presentes em algum momento do evento, ou seja, 73,68%.

Oficinas reúnem juízes.

TRT INVESTE EM QUALIDADE DE VIDA

Em busca da melhoria da saúde de seus servidores, a Assessoria de Projetos Especiais promoveu a I Caminhada e Corrida Ecológica do TRT5, com 4,4 Km de percurso, no dia 11 de novembro, no Parque Ecológico dentro do 19º Batalhão de Caçadores, no Cabula.

Mais de 100 pessoas, entre magistrados e servidores, participaram da corrida e caminhada, sendo brindados ao final com uma medalha e um café da manhã, patrocinado pela Caixa Econômica Federal. O evento revelou talentos esportivos, como a primeira colocada na categoria feminina, Clarissa Monteiro, chefe da Seção de Licitações, que nunca havia participado de uma corrida. Na categoria masculina, o vencedor foi Roberto César Massena de Andrade, da 28ª Vara do Trabalho de Salvador, que já corria, mas estava parado.

O saldo da corrida foi mais integração entre os participantes, mais saúde e mais qualidade de vida, com o estímulo à prática de esporte durante o ano inteiro.

Servidores na largada.

EX-PRESIDENTE DO STF VISITOU TRT5

A Mesa Diretora do TRT da Bahia recebeu a visita do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministro Carlos Ayres Britto, em janeiro de 2012. O ministro homenageou os novos dirigentes pela posse ocorrida em novembro de 2011.

Segundo o ministro, o motivo da visita foi estreitar os laços de aproximação entre o Supremo Federal e os demais órgãos do Poder Judiciário, além de refletir sobre o momento em que órgãos do Poder Judiciário questionam competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reforçando a necessidade de consolidar, cada vez mais, uma imagem positiva do Judiciário perante a sociedade.

Des. Vânia Chaves e o ministro Carlos Ayres Britto.

Justiça do Trabalho na Bahia já tem Processo Judicial Eletrônico

A Bahia é pioneira na implantação do PJe – Processo Judicial Eletrônico, que a Justiça do Trabalho está implementando em todo o país.

Hoje, 10 Varas do Trabalho – Santo Amaro, Candeias, Ilhéus e Itabuna – e a 2ª Instância do TRT5 funcionam somente pelo PJe para ajuizamento de novas ações.

Em 2013, as 39 Varas de Salvador começam a funcionar pelo PJe.

ATENÇÃO, ADVOGADO: OBTENHA O SEU CERTIFICADO DIGITAL.

Central Nacional de Atendimento
0800 644 4435

www.trt5.jus.br

PJe

Seu direito a um clique.
MODERNIZAR É PARTE DO PROCESSO

TST Tribunal Superior do Trabalho

CSJT Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CNJ Conselho Nacional de Justiça

TRT5 TRT da 5ª Região